

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • setembro de 2019



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Senadores defendem inclusão de Municípios



Palavra do presidente

A volta dos trabalhos legislativos foi marcada por ampla atuação da Confederação Nacional de Municípios (CNM). No Senado, nos reunimos com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, em duas oportunidades. Fomos recebidos na primeira agenda do senador após o recesso do Congresso Nacional, no dia 5 de agosto – mostrando a força que o movimento municipalista ganhou junto ao Legislativo. A segunda agenda ocorreu no dia seguinte, com a participação de diversos governadores. Na pauta, a necessidade de reincluir Estados e Municípios no texto da Reforma da Previdência.

Também reunimos em nossa sede os deputados que estão à frente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da Reforma Tributária – outra medida fundamental para o desenvolvimento de nosso país. Estiveram presentes o autor do texto, Baleia Rossi (MDB-SP), o presidente da comissão, Hildo Rocha (MDB-MA), o relator do texto, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o sub-relator, Júlio César (PSD-PB), e o presidente da Frente Municipalista em Defesa dos Municípios, Herculano Passos (MDB-SP).

Mostramos aos parlamentares as nove emendas que o movimento municipalista apresentou ao texto e articulamos no Congresso para conseguir as assinaturas necessárias. A CNM – por meio de um grupo de trabalho que atuou para aperfeiçoar o texto – tomou por base quatro diretrizes: i. evitar perdas para os Municípios; ii. compartilhar toda a arrecadação da União



com Estados e Municípios (impostos e contribuições); iii. garantir maior participação dos Municípios no bolo tributário; e iv. fortalecer os impostos sobre o patrimônio, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A nossa atuação também ganhou força junto ao Executivo, dando continuidade às reuniões realizadas com a Secretaria de Governo. Após sermos recebidos pelo ministro, Luiz Eduardo Ramos, no Palácio do Planalto, ele compareceu à sede da CNM para participar do primeiro encontro das Frentes Parlamentares em Defesa dos Municípios (FMB) e do Pacto Federativo (FPFF) após o recesso, que contou com a presença de mais de 30 deputados e senadores. Junto à Secretaria Especial de Assuntos Federativos do governo federal, tivemos o compromisso de publicação de decreto para recriar o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal – uma demanda de décadas dos Municípios.

Seguimos unidos e atuando em prol de melhores condições para os nossos Municípios. Precisamos nos mobilizar, em nossos Estados e em Brasília, para continuarmos avançando em nossa pauta prioritária.

Gladimir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM

ADELITA DO EFRAIM Prefeita de Quatiguá/PR	MYRIAM DE OLIVEIRA Prefeita de Canápolis/BA	MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS Prefeita de Nova IPIXUNA/PA	OCIMARA ARAÚJO Prefeita de Pedrinhas/SE	IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPELO Prefeita de São Vicente/RN	CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito de Alto Garças/MT	MARTINHO MENDES DA SILVA Prefeito de Alto Paraíso/GO	ERALDO DANTAS Prefeito de Botequim/SE
ELÓI JOSÉ Prefeito de Caibé/SC	ELCIO KUHNEN Prefeito de Camboriú/SC	GILSON DANTAS Prefeito de Carnaúba dos Dantas/RN	PROFESSOR RIBAMAR Prefeito de Colorado do Oeste/RO	JOSÉ RICARDO MATTAR Prefeito de Igarapaya/SP	JODOVAL FERREIRA DE PONTES Prefeito de Japi/RN	IRANIL SOARES Prefeito de Ladário/MS	JEFFERSON SANTOS DE SANTANA Prefeito de Marum/SE
RAFAEL BRITO DO PRADO Prefeito de Moreira Sales/PR	OREGINO FRANCISCO Prefeito de Pareci Novo/RS	JAIME CARNIEL Prefeito de Pinhal de São Bento/PR	SÉRGIO RODRIGUES Prefeito de Pinhalão/PR	JOKANAAN SANTANA Prefeito de Propriá/SE	APARECIDO GULART Prefeito de Rubinéia/SP	LÉRIS FELISBERTO BRAGA Prefeito de Santa Bárbara/MG	REINALDO DAS DORES SANTOS Prefeito de Santa Maria de Itabira/MG
JOSÉ APARECIDO DE MELO Prefeito de Santana da Ponte Pensa/SP	RUBENS BELÃO Prefeito de Três Fontes/SP	RUBENS FERNANDO SOUZA Prefeito de Turububa/SP	SILAS ROSA Prefeito de Vargem/SP	HIPÓLITO GOMES Prefeito de São Gabriel/BA	Visite o lounge municipalista na sede da CNM, em Brasília/DF		
					Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.		

Entrevista

Ministro da Segov aposta no diálogo para aprimorar pacto federativo

O novo ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, assumiu o cargo com o papel de assessorar direta e imediatamente o presidente da República no desempenho de suas funções, especialmente na interlocução com Estados, Municípios e Distrito Federal. O *Boletim CNM* entrevistou o chefe da pasta com o escopo de apresentar aos Entes locais quais serão as estratégias de trabalho a serem executadas pela Segov a fim de garantir que essa boa relação leve melhorias à população brasileira. Ramos é carioca, tem 63 anos, sendo 46 dedicados ao Exército Brasileiro. Possui mestrado em Operações Militares e Doutorado em Ciências Militares. Ramos estava no cargo de general do Exército e nomeado comandante militar do Sudeste, antes de sua nomeação como ministro.

Como deve ocorrer a interlocução da Secretaria de Governo com o movimento municipalista?

Deverá ocorrer de maneira franca e transparente. Entendemos que o movimento municipalista tem total aderência com a intenção do governo de transformar a realidade local. Falar em “Mais Brasil, Menos Brasília” é colocar como prioridade o cidadão, a municipalidade e a instância local, reconhecendo os Entes municipais como os grandes conhecedores dos problemas de cada região, além de colocá-los como atores-chave na formulação/consolidação/monitoramento de políticas públicas. Também significa trabalhar em prol do aperfeiçoamento do pacto federativo e do aumento da eficiência dos governos subnacionais, de forma a consolidar a autonomia prevista na Constituição Federal de 1988. Destaco que a Secretaria de Governo possui em sua estrutura uma Secretaria Especial para tratar dos Assuntos Federativos, responsável por realizar a interlocução com os Entes federados e o governo federal. Por fim, é importante destacar que a Secretaria de Governo, em parceria com a Casa Civil e o Ministério da Economia, atua paralelamente com os demais ministérios; e buscará aprimorar o pacto federativo brasileiro, fortalecendo a governança e a gestão pública municipal, além de fomentar o seu desenvolvimento.

Que ações vêm sendo realizadas para concretizar o slogan “Mais Brasil, Menos Brasília” – que vai ao encontro de luta histórica do movimento municipalista de um pacto federativo mais justo?

O presidente Bolsonaro deixou claro em sua mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional que, em algum grau, a formulação de políticas públicas de cima para baixo, centralizadas apenas em Brasília, por vezes não consideram as realidades e as prioridades locais e regionais, o que é um grande problema. Como consequência, os Municípios acabam sendo pressionados no enfrentamento dos desafios locais, gerando riscos e entraves na geração de resultados. Esse quadro tem sido objeto de preocupação deste governo e desta secretaria, pois percebemos a necessidade de construção de uma agenda de políticas públicas positiva a fim de que a Federação se distancie das rotas de tensão federativa e passe a trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável. Assim, no contexto “Mais Brasil, Menos Brasília”, o governo também tem entregado bons resultados à sociedade. Podemos destacar, neste contexto, para o enfrentamento das desigualdades regionais, a publicação recente da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, a Segov tem promovido a interlocução entre os Poderes Executivo e Legislativo, objetivando aperfeiçoar o pacto federativo brasileiro. Ou seja, “Mais Brasil e Menos Brasília”.

O governo federal anunciou importantes medidas aos Municípios durante o evento que reuniu cerca de nove mil gestores em abril – a Marcha a Brasília em defesa dos Municípios. Como a Secretaria de Governo deverá atuar para viabilizar a implementação dessas medidas?

O papel central desta Secretaria na temática federativa é realizar a interlocução entre os diversos atores da sociedade brasileira e os demais órgãos setoriais do governo com o claro objetivo de acompanhar o desenvolvimento das ações federais no âmbito dos Entes federativos. Dessa forma, em relação às demandas da Marcha, como fruto da articulação que realizamos, já obtivemos bons êxitos, entre eles, um bom exemplo é a disponibilização à sociedade do Portal + Brasil, que desburocratizará, sem perder o controle, a gestão das transferências federais realizadas aos Entes municipais, facilitando, assim, a vida do gestor municipal na ponta. Concluo, ao afirmar, que as ações desta Secretaria buscam gerar um processo de sinergia para viabilizar não só as demandas dos prefeitos, mas também beneficiar toda a sociedade brasileira.

Veja a entrevista completa:



“ Os Municípios acabam sendo pressionados no enfrentamento dos desafios locais, gerando riscos e entraves na geração de resultados. Esse quadro tem sido objeto de preocupação deste governo e desta secretaria. ”



Estudo aponta impacto de portaria que orienta despesas de pessoal das OS

A maioria das Organizações Sociais (OS) no Brasil atuam nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Pesquisa promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra essa realidade e aponta o impacto de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que inclui as despesas de pessoal das contratações de tais instituições e assemelhadas no limite de gastos de pessoal dos Municípios para 2021.

Por conta da normativa, a CNM mapeou a situação das OS vinculadas à gestão local. No primeiro momento, a entidade explica que a Lei 9.637/1998 criou estruturas, dentro do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (Pdrae), como instrumento jurídico para regular a transferência da execução de serviços públicos e de recursos por meio de contratos de gestão. Desde então são instituídas como instrumento na implantação de políticas públicas.

A mudança no entendimento do cômputo de pessoal dessas organizações foi trazida, pela primeira vez, em 2018, na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). A STN manteve a orientação para 2019 e publicou a portaria, em abril deste ano, com a regra transitória para definição de rotinas e contas contábeis do Ente contratante para fins de aplicação dos limites impostos pela Lei 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O entendimento foi ratificado por acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU). “Com a medida, boa parte dos Municípios vai extrapolar o percentual de gastos com pessoal”, alerta o presidente da CNM, Gládemir Aroldi. Segundo ele, a medida pode inviabilizar a manutenção e a ampliação dos serviços municipais, uma vez que a maioria dos Entes locais não inclui os valores pagos no limite de gastos, e, se a obrigatoriedade passar a existir, não vão conseguir manter os serviços contratados.

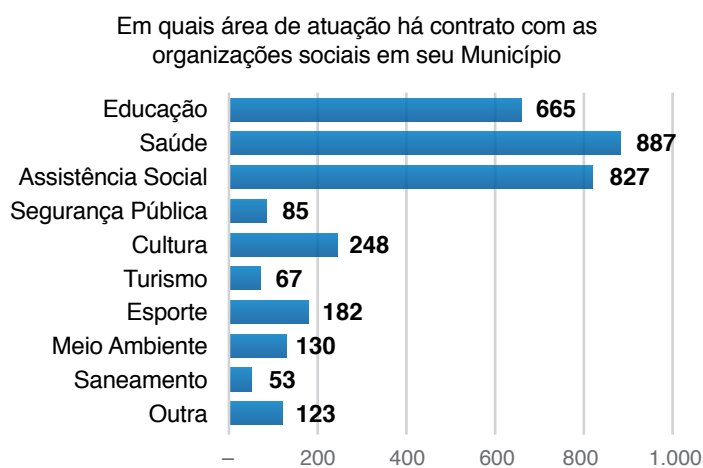
Informações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) indica que a execução da medida criará um colapso do Sistema Único de Saúde (SUS), já que as OS gerenciam até 70% dos recursos humanos das entidades que coordenam as unidades de saúde.



MAPEAMENTO

A CNM pesquisou contabilistas, secretários de administração e secretários de finanças de 4.112 prefeituras, que representa 73,2% do total. Dentre os principais resultados destacam-se: 1/3 dos Municípios usam os serviços prestados por OS e as entidades atuam em praticamente todas as áreas municipais.

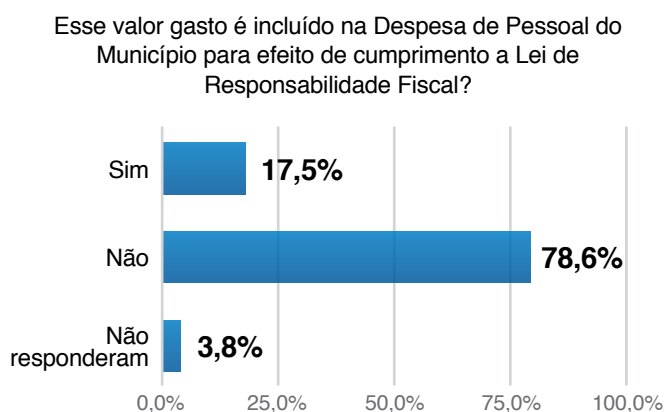
Gráfico 1 – Áreas de atuação nos Municípios que possuem contratos junto a OS



Fonte: dados da pesquisa.

Do montante de gastos das organizações, mais de 78% não são incluídos na despesa de pessoal do Município; dos Municípios com OS contratadas, apenas 17,5% incluem os valores pagos no limite de gastos de despesas de pessoal; e caso passem a considerar a despesa das OS nos limites, 50,9% ultrapassarão limite da LRF.

Gráfico 2 – Municípios que incluem os gastos com OS como despesas de pessoal



Fonte: dados da pesquisa.

E agora é a vez da reforma TRIBUTÁRIA

No topo das propostas no Congresso Nacional, existe a PEC 45/2019, do deputado Baleia Rossi, em análise na Câmara dos Deputados, e a PEC 110/2019, capitaneada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ambas têm como objetivo central avançar na modificação da tributação sobre o consumo. Embora por caminhos diferentes, buscam a simplificação e a introdução da tributação sobre o valor agregado no consumo.

O poder local é extremamente favorável ao aperfeiçoamento do nosso sistema tributário brasileiro. Em especial, para permitir a simplificação do modelo tributário. Nesse caminho, os Municípios desejam manter o imposto sobre serviços, obviamente com as atualizações necessárias, inclusive iniciadas pela proposta da CNM, por meio da Lei Complementar 157/2016, que buscou avanços na tributação da origem para o destino (domicílio do tomador).

A manutenção da tributação do ISS é importante para garantir a autonomia municipal; todavia, reconhecemos que a possibilidade de mudanças necessárias e significativas para o desenvolvimento e o crescimento social e econômico de nossa sociedade possa merecer mudanças como unificação e até supressão de tributos. E, nesse contexto, os Municípios não se furtariam de comprometer-se para a melhoria das condições da sociedade brasileira – razão da própria existência e sentido do poder local.

Na direção de uma reforma tributária, consideramos que não pode se limitar aos ajustes na tributação sobre o consumo. Temos reconhecidamente que promover ajustes e correções em outros tributos, como o imposto de renda. Ou ainda na tributação patrimonial (IPTU, ITR, IPVA, ITCMD e ITBI). Outro ponto importante – que vem da experiência nos últimos 31 anos – e que os Municípios querem evitar nesta reforma tributária é que a União ou os Estados tenham a possibilidade de dispor de tributos que não sejam partilhados com os Municípios.

Os riscos da reforma

Inicialmente, a retirada do ISS não é desejosa pelos Municípios, em especial por ser um tributo com potencial de escala e crescimento – resultado da mudança na dinâmica dos negócios e do consumo –, depois, pela necessária preservação de tributos na competência municipal que colabora para a autonomia financeira dos Municípios. De modo que a retirada do imposto sobre serviços da competência municipal exige não apenas a compensação financeira, dimensionando o resultado deste tributo nos Municípios brasileiros atualmente, mas prevendo a potência tributária desse imposto nas próximas décadas. Além disso, não podemos esquecer o necessário ajuste na partilha tributária entre os Entes da Federação, principalmente pelo reconhecido aumento das responsabilidades do poder local, ao longo dos anos, sem a justa e adequada reposição de recursos para o cumprimento das responsabilidades ampliadas.

Outro risco está na mudança do local da tributação. Ela passará a ocorrer no local do consumo e não mais no local de origem da produção. Embora as propostas apresentem períodos de transição, é preciso construir medidas que permitam preservar alguns aspectos relacionados aos Municípios com vocação produtiva. Em especial na produção primária, uma das principais preocupações da CNM. Não causando ao longo do tempo inversão nas políticas públicas, ao deixar de promover investimentos em infraestrutura e melhoramentos de incentivo à

produção, para, em troca, exercer valoração daquelas políticas baseadas apenas no processo construtivo de cadeias locais consumidoras. Os modelos trazidos na reforma impõem a transferência baseada no critério populacional. Diferente do modelo atual, que tem ao menos 75% baseado em valor adicionado fiscal (VAF).

AS PROPOSTAS DA CNM

A CNM está ativamente participando das discussões e atuando para garantir que as autonomias possam ser preservadas e as correções necessárias sejam realizadas pelos congressistas. Encaminhadas pelo presidente Glademir Aroldi, a CNM propôs avanços significativos com sugestões de emendas à reforma tributária, entre elas destacamos:

- adequar critérios para o rateio da cota-parte do IBS dos Estados reservada aos Municípios em que, do ¼ que terá distribuição definida conforme lei estadual, sejam fixados no mínimo 40%, divididos em partes iguais entre os Municípios de cada Estado e no mínimo 8% para os Municípios com melhor desempenho na educação, restando 52% para serem definidos conforme legislação estadual;
- estabelecer o compartilhamento da receita com os Municípios nos casos de aumento de arrecadação do IBS decorrente de elevação da alíquota singular dos recursos livres dos Estados e da União;
- partilhar o imposto seletivo com os Municípios;
- criar o fundo de compensação de perdas, destinado a cobrir eventuais prejuízos nas receitas municipais advindas da reforma;
- impedir a União de delegar serviços, responsabilidades ou encargo financeiro aos Municípios sem oportunizar a fonte orçamentária e financeira de receita;
- retomar a tributação sobre lucros e dividendos;
- partilhar a CSLL com Estados e Municípios;
- aumentar a participação dos Estados e dos Municípios na distribuição da Cide;
- unificar o IPTU e o ITR com competência exclusivamente municipal;
- ampliar o alcance da tributação sobre transmissão de bens imóveis, abarcando, inclusive, o registro de compra e venda efetuado em cartório;
- ampliar a incidência do IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos e aumentar a participação dos Municípios na distribuição da arrecadação do IPVA, passando dos atuais 50% para 70% aos Municípios, mantendo-se 30% para os Estados.

As discussões sobre a reforma promovem mudanças significativas para os próximos anos na tributação brasileira. Neste caminho, é fundamental que nossos gestores observem e atendam aos chamados da CNM no sentido de mobilizar nossos representantes e congressistas para aprovação e defesa das propostas encaminhadas pela entidade.

Eudes Sippel – consultor tributário, graduado em Ciências Contábeis, graduado em Gestão Pública, especialista em Secretariado Executivo, especialista em Metodologia de Ensino Superior, fiscal de Tributos Municipais, membro conselheiro do Comitê Gestor do Simples Nacional, diretor do Grupo GTM WEB, professor, instrutor e palestrante na área pública municipal.


 Projetos e parcerias

MuniCiência divulga os 30 finalistas da terceira edição do Prêmio

Os 30 pré-finalistas ao Prêmio MuniCiência – Municípios Inovadores, ciclo 2019-2020, foram divulgados pela Confederação. Para garantir diversidade regional e de porte entre os Municípios, as iniciativas selecionadas são das cinco regiões do país, sendo seis finalistas de cada. Desses, um representa Município de porte grande ou consórcios, dois de médio porte e três são representantes de cidades de pequeno porte.

O Prêmio MuniCiência está na terceira edição. A proposta é identificar, reconhecer e compartilhar iniciativas municipais inovadoras e transformadoras, com impactos positivos na administração pública e para a sociedade. Nesta edição, a premiação recebeu 235 inscrições homologadas. “Entre os pré-finalistas, há um consórcio e quatro prefeituras, é importante para a gente incentivar a diversidade de gênero”, comenta Jasmim Madueño, colaboradora da CNM e responsável pelo

projeto UniverCidades.

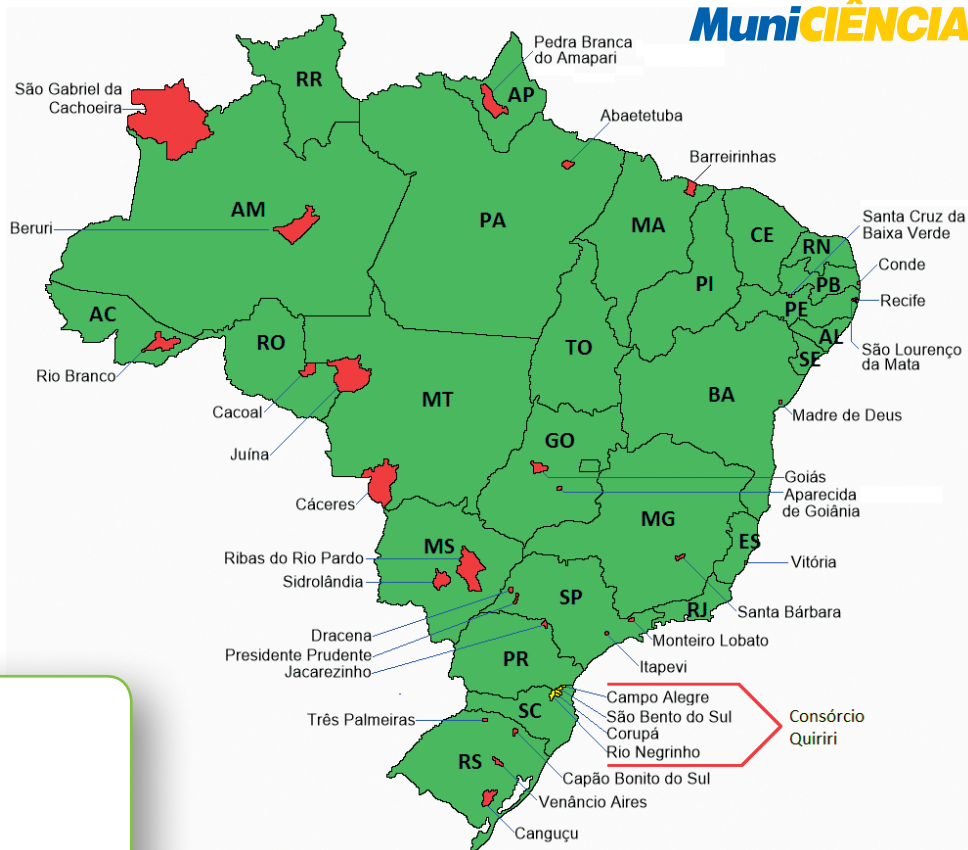


Parceria

O MuniCiência faz parte do Projeto UniverCidades – Plataforma para o Desenvolvimento e Governança Municipal. A iniciativa da CNM é uma parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil. O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento de capacidades locais de implementação de políticas públicas.)

As propostas classificadas foram selecionadas depois de análise criteriosa da Comissão Técnica Avaliadora e do Conselho Político da CNM. Após a divulgação dos pré-finalistas, os 30 selecionados tiveram prazo para complementar informações e evidências, além de enviar um depoimento do prefeito em um vídeo de até dois minutos.

Veja no Mapa de onde são as iniciativas pré-selecionadas:



Próximas fases

A comissão selecionará, na próxima etapa, dez iniciativas para a reta final do MuniCiência. Cada uma delas receberá a visita técnica da CNM para elaboração do Guia de Reaplicação, que terá versões impressa e *on-line*. “Também vamos fazer vídeos sobre as práticas, para que possam ser compartilhadas com todo o Brasil”, acrescenta Jasmim.

Esses finalistas serão anunciados em 3 de outubro. Em seguida, as propostas seguirão para votação popular, pela internet, no período de 7 de outubro a 31 de março, que definirá os(as) cinco gestores(as) que participarão de um seminário internacional para troca de experiências. O resultado final será anunciado na *XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

A CNM estimula os gestores que inscreveram projetos nesta edição do MuniCiência, mas que não foram contemplados, a seguirem com a atuação. “Recebemos muitas iniciativas positivas, que vão para o nosso banco de boas práticas e que serão trabalhadas de outras formas”, adianta a colaboradora Jasmim Madueño.

Veja mais no site:



IL Congresso Nacional

Por um sistema tributário mais justo e efetivo para os Municípios

Encerrada a tramitação na Câmara da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, da Previdência, os deputados enfrentam o desafio de aprovar uma nova reforma estruturante para o país, a Tributária. Em meio às discussões do novo modelo de cobrança dos tributos e de distribuição entre os Entes da Federação, a Confederação Nacional de Municípios tem sensibilizado os gestores locais e os parlamentares sobre as demandas do movimento municipalista. “Não vamos deixar de lutar por uma proposta que fortaleça as receitas municipais e, sobretudo, preserve a autonomia dos Municípios”, resume o presidente Glademir Aroldi.

Para isso, acompanhado da equipe técnica e da Assessoria Parlamentar da entidade, Aroldi tem promovido reuniões para detalhar os pleitos e garantir que as sugestões sejam incorporadas no relatório da PEC 45/2019, que tramita na Casa. Um Grupo de Trabalho ficou responsável pelos trabalhos. Vale lembrar que, paralelamente a essa, os senadores analisam a PEC 110/2019, baseada em projeto do ex-deputado Luiz Carlos Haully. Diante desse cenário, a Confederação reconhece pontos positivos em ambos os textos, mas se mostra mais favorável à PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

Articulação importante ocorreu no dia 13 de agosto, na sede da CNM, com os membros da Comissão Especial que analisa a matéria na Câmara. Os deputados Baleia Rossi (MDB-SP), autor da proposta; Hildo Rocha (MDB-MA), presidente do colegiado; Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator; Júlio César (PSD-PI), sub-relator; e o presidente da Frente Municipalista em Defesa dos Municípios, Herculano Passos (MDB-SP), estiveram presentes. Na ocasião, Aroldi e equipe apresentaram as principais diretrizes das emendas.

Uma semana depois, foi a vez do economista Bernard Appy, que auxiliou Baleia Rossi na redação, ouvir as sugestões. O diretor do Cen-



Ag. CNM

tro de Cidadania Fiscal detalhou a proposta, reconheceu a relevância de alguns pontos levantados pela CNM, mas destacou que, a partir de agora, as decisões são políticas e independem de seu posicionamento. Appy também deixou clara a tentativa da PEC de ampliar o potencial de arrecadação, principalmente sobre serviços, e de evitar situações como a do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), em que a União toma a decisão de baixar a alíquota e prejudica Municípios.

Emendas

Pleitos municipalistas históricos, como o fim das brechas para a guerra fiscal entre Municípios e Estados, a revisão do pacto federativo e a obrigatoriedade do compartilhamento de todo tipo de arrecadação com os Entes locais, têm, enfim, a oportunidade de avançarem. O objetivo é evitar injustiças com a concentração de receitas e a criação e a ampliação de impostos não partilhados. Além disso, a CNM apoia tributar menos os bens de consumo e fazer uma tributação maior e progressiva sobre a renda e o patrimônio. Ou seja, fortalecer o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a

Propriedade Territorial Rural (ITR).

Sobre a criação de um imposto seletivo, Aroldi alerta: “se isso for aprovado, é bem provável que, com o passar do tempo, a história se repita. Os impostos seletivos tenham aumento e outros impostos compartilhados tenham até redução”. Sendo assim, a CNM contou com os deputados Herculano Passos (MDB-SP), Marco Aurélio Sampaio (MDB-PI), Benes Leocádio (PRB-RN), Sílvio Costa Filho (PRB-PE), Pedro Westphalen (PP-RS), Júlio César (PSD-PI), Santini (PTB-RS), Gil Cutrim (PDT-MA) e Carlos Jordy (PSL-RJ) para apresentar nove emendas ao texto do Baleia Rossi. As sugestões buscam, de maneira geral, descentralizar recursos, garantindo maior participação no bolo tributário para os Municípios; e compartilhar entre todos os Entes impostos criados ou unificados.

PEC 45/2019

O texto que tramita na Câmara acaba com três tributos federais: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Também extingue o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual; e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), municipal. Para substituí-los, cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que será partilhado entre todos os Entes. Haverá ainda um imposto seletivo, sobre bens e serviços específicos, de responsabilidade apenas federal. O tempo de transição para as novas regras é de dez anos.



Ag. CNM

Congresso Nacional

PREVIDÊNCIA

Articulação municipalista ganha força no Senado

O Plenário da Câmara concluiu a votação da Reforma da Previdência em segundo turno, e a Proposta de Emenda à Comunicação (PEC) 6/2019 foi encaminhada para a apreciação dos senadores – já com o compromisso do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de reincluir Estados e Municípios no texto. A votação terminou na Câmara quase seis meses depois de ser enviada pelo governo federal ao Legislativo e deixou de fora os Estados e os Municípios que possuem o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

O texto apresentado inicialmente pelo governo federal contemplava os 2.018 Municípios que têm RPPS. No entanto, no decorrer das comissões e com a possibilidade de a reforma não passar, os deputados optaram por retirar do texto os Estados e os Municípios na justificativa de que a medida viabilizaria a aprovação. Agora, a luta do movimento municipalista é para reincluir Estados e Municípios no texto. A expectativa é que essa recolocação seria por meio de uma chamada “PEC paralela” que tramitaria de forma célere após a aprovação do texto principal pelos senadores.

Ligar à PEC Paralela: Seria uma outra proposta que, por meio de acordo entre os parlamentares, incluiria os Entes federados e trataria de outros pontos polêmicos no texto. O recurso da “PEC paralela” não é inédito, já foi usado na reforma previdenciária de 2003, quando o Senado analisava a proposta que se tornaria a Emenda Constitucional 41. Na ocasião, senadores da base do governo que eram críticos do texto firmaram um acordo para não promover alterações sobre a proposta principal, de modo a permitir a sua promulgação rápida. Em troca, apresentaram uma segunda PEC sobre o mesmo assunto, que alteraria os pontos polêmicos. Ela foi chamada de “paralela” porque tramitou no Senado ao mesmo tempo que a PEC que continha as



regras que ela mudaria. Enquanto o texto original foi mandado à promulgação, o paralelo seguiu para a Câmara, onde viria a ser aprovado.

No Senado

A possibilidade da inclusão se reforçou quando o presidente do Senado recebeu – na primeira agenda pós-recesso parlamentar – o líder do movimento municipalista, Glademir Aroldi, em sua residência oficial, em Brasília. Na reunião, Alcolumbre confirmou que o Senado está disposto a lutar pela inclusão de Municípios no texto. “São 2.108 que estão prejudicados com esse texto hoje. Não podemos deixar os Municípios de fora. A economia é gigantesca”, disse Alcolumbre ao receber de Aroldi um panorama feito pela entidade com a economia que a proposta trará aos Municípios em quatro, 10, 15 e em 20 anos.

“A economia para esses mais de 2 mil Municípios que têm o RPPS será de R\$ 170 bilhões em dez anos. No caso dos três Municípios do Amapá, a economia fica na casa dos R\$ 2 bilhões em dez anos”, alertou Aroldi.

No mesmo dia, o líder do movimento municipalista foi recebido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que é o relator da proposta no Senado. O parlamentar afirmou que é favorável à inclusão dos Municípios durante a reunião em seu gabinete no Congresso Nacional.

No encontro, o presidente da CNM também

apresentou panorama sobre a situação previdenciária nos Municípios. “Os 2.108 Municípios com regime próprio somam 70% dos servidores [municipais]”, alertou Aroldi. No Ceará, por exemplo, Estado do senador, há 64 cidades com regime próprio. O montante com a redução da despesa soma mais de R\$ 6 bilhões. “Estamos basicamente de acordo [com a inclusão], nossa proposta é essa”, resumiu o relator.

A reunião teve ainda a presença do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da proposta na Câmara, do primeiro-secretário da CNM e prefeito de Santana do Seridó (RN), Hudson Brito, e da prefeita de Pedra Branca do Amapari (AP), Beth Pelaes.

Aroldi se reuniu uma terceira vez, só no mês de agosto, com Alcolumbre e apresentou um estudo da CNM que traz panorama sobre a previdência nos Municípios brasileiros. Na reunião – que contou com a presença de outros senadores, do tesoureiro e do primeiro-secretário da CNM, Jair Souto e Hudson Brito –, os parlamentares reafirmaram o compromisso de reincluir Estados e Municípios na tramitação do texto na Casa.

“Se não houver essa inclusão no Senado, nós vamos ter de fazer a reforma em 2.108 Municípios se quisermos modificar as regras. Nenhum Município vai conseguir fazer isso, ainda mais em ano eleitoral”, alertou Aroldi. Em seguida, Alcolumbre reafirmou que a Casa vai reincluir governos estaduais e municipais na matéria. “O Senado se compromete mais uma vez com Estados e Municípios a fazer uma reforma única e que abranja todos os Entes”, disse.

Veja qual o
impacto
financeiro para
seu Município:





Renato Alves, Ag. Brasília

Governadores

A atuação conjunta de governadores e gestores municipais por pleitos em comum no Congresso Nacional e no Executivo federal foi destacada por Aroldi durante o VI Fórum de Governadores, dia 6 de agosto. “A gente precisa se unir e fazer uma mobilização conjunta entre Estados e Municípios se quisermos realmente a inclusão dos Entes na Reforma da Previdência”, defendeu o presidente.

Na oportunidade, foram abordados pontos como o pacto federativo, que ganharam força, principalmente, no Senado Federal e com o ministro Paulo Guedes e também compõem a pauta convergente entre os Entes subnacionais. Estão na lista de propostas a serem pautadas no Senado nas próximas semanas: bônus de assinatura do petróleo, Lei Kandir e precatórios.



Marcos Oliveira / Ag. Senado

Tramitação no Senado

O texto, que chegou dia 8 de agosto, agora tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Pelo Regimento, a CCJ tem até 30 dias para votar um parecer – favorável ou não à proposta. O colegiado emitirá uma posição tanto em relação à constitucionalidade do texto quanto ao mérito da proposta.

A expectativa dos senadores é que a votação em primeiro turno do texto em plenário comece em 24 de setembro e, em segundo turno, no dia 10 de outubro. Segundo Alcolumbre, a promulgação da matéria aconteceria logo em seguida. Se não for alterada, será promulgada em sessão conjunta do Congresso.

O relatório da proposta foi apresentado no dia 28 de agosto, e propôs a inclusão Estados e Municípios por meio de PEC paralela, com a adoção das regras da União mediante a aprovação pelas Assembleias Legislativas. O Estado que aprovar as regras terá os Municípios com RPPS automaticamente incluídos, a não ser que as Câmaras de Vereadores aprovem projetos pedindo sua exclusão em até um ano após a vigência das regras. A CNM continua na luta para que as emendas apresentadas pela entidade sejam aprovadas, possibilitando, além da inclusão automática dos Municípios na Reforma, a retirada de trecho que proíbe a migração de Municípios do regime geral para o próprio.

Passo a passo no Senado

Após a aprovação pela CCJ, a reforma segue para o Plenário do Senado, que dará a palavra final sobre a proposta. Cinco dias após a publicação do parecer no Diário do Senado Federal e no sistema eletrônico, a matéria poderá ser incluída na Ordem do Dia (pauta de votação), conforme determina o regimento.

Para ser aprovada, a PEC precisa dos votos de, pelo menos, três quintos dos votos dos membros da Casa em votação nominal, ou seja, 49 dos 81 senadores.

Após o primeiro turno, haverá um intervalo de, no mínimo, cinco dias para o segundo turno. Novamente, as emendas serão analisadas pela CCJ, o que também pode ser feito em Plenário. Assim como no primeiro turno, a proposta precisa de pelo menos 49 votos para ser aprovada no segundo turno.

Se a PEC for modificada em relação ao texto aprovado pela Câmara, deverá voltar para análise dos deputados. Se não for alterada, será promulgada em sessão conjunta do Congresso.



Arquivo

Decisões entre Poderes

Temas relevantes para a gestão municipal, as **reformas da Previdência e Tributária** dominaram as discussões no Congresso, mas a articulação política da CNM não se limitou às duas PECs. Pelo contrário, no mês de agosto, foram vários encontros para discutir os projetos em tramitação no Legislativo e as decisões dos Poderes Executivo

e Judiciário que impactam os Municípios. Os principais temas abordados foram: **Encontro de Contas, compensação previdenciária entre regimes, precatórios, programa Médicos pelo Brasil, obras paradas, Censo 2020, Lei Kandir, Imposto Sobre Serviços (ISS) e 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).**



Ag. CNM

Frentes municipalistas

Para alavancar a pauta neste segundo semestre, as frentes parlamentares em Defesa dos Municípios Brasileiros (FMB) e do Pacto Federativo (FPPF) promoveram reunião na sede da CNM no dia 14 de agosto. O encontro teve quórum recorde, contando com a presença de 30 parlamentares, lideranças da Câmara e presidentes de entidades estaduais municipalistas. O presidente da FPPF, Silvío Costa Filho (PRB-PE), lembrou do que já caminhou nessa legislatura para preencher a lacuna da divisão de recursos e responsabilidade entre os Entes: 1% do FPM, Lei dos consórcios, licitações, emendas de execução direta e excedente de óleo. Já Herculano Passos (MDB-SP), presidente da FMB, destacou a necessidade de incluir Estados e Municípios na Reforma da Previdência. Herculano Passos também pediu apoio dos parlamentares para assinatura das nove emendas que a CNM vai apresentar e defender na Comissão especial que analisa a PEC 45/2019, do sistema tributário. Algumas foram coletadas na ocasião.



Ag. CNM

Secretaria de Governo

A reunião das Frentes Parlamentares também contou com a participação do ministro da Secretaria de Governo (Segov), Luiz Eduardo Ramos, e da secretária de Assuntos Federativos da Pasta, Deborah Arôxa. “É o lema deste governo, Menos Brasília e mais pelos Municípios. Vocês (gestores municipais) que vão realizar essa transformação que estamos idealizando”, reconheceu o ministro da Presidência da República. Deborah tem lidado diretamente com a equipe da Confederação para dar andamento aos pedidos de: recriação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, compensação previdenciária entre os regimes de previdência e linha de crédito para pagamento dos precatórios. “Se eu te devo 50 e você me deve 10, eu tenho direito a esse abatimento e, se não houver acordo, vai ter o comitê para recorrer. É uma questão de justiça”, argumentou Aroldi acerca do primeiro pleito. Sobre precatórios, houve audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, no dia 8 de agosto.

Nas ocasiões em que se reuniu com a equipe da CNM, Deborah Arôxa explicou que está em contato com o Ministério da Economia para tratar de três demandas. A primeira é a possibilidade de retomada do comitê que vai realizar o Encontro de Contas; e a segunda, a definição de como serão feitas as compensações quando o servidor muda de um regime para outro e se aposenta. A terceira, prioridade desde que ela assumiu a Secretaria de Assuntos Federativos, é a revisão de procedimentos da Caixa Econômica, única instituição mandatária credenciada atualmente, para reduzir os valores cobrados pela gestão operacional das transferências voluntárias. Hoje o percentual cobrado chega a 12% do recurso repassado pela União aos Entes. “Vamos simplificar o modelo normativo de operacionalização das obras, que vai facilitar a vida do bom gestor municipal e permitir redução da tarifa”, anunciou Deborah no encontro das frentes parlamentares.



Ag. CNM

IBGE

A realização do Censo 2020, que vai possibilitar a atualização do perfil sociodemográfico de cada cidade – e, consequentemente, dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) –, pautou reunião com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também no dia 14. A presidente Susana Cordeiro Guerra, acompanhada de membros da diretoria

do Instituto, pediu apoio dos gestores para realizar a pesquisa – da fase de planejamento à sensibilização da comunidade. Para a CNM, a qualidade do levantamento deve ser garantida. “O prefeito sabe que, por causa de uma, duas ou três pessoas, ele pode perder R\$ 1 milhão por ano. A gente conseguiu congelar os coeficientes em 2019 e para 2020 também. Aguardamos o próximo Censo para ver os valores de 2021 em diante”, explicou Aroldi.



Ag. CNM

Ministério da Saúde

Lançado em 1º de agosto, o programa Médicos pelo Brasil foi tema de encontros com a Secretaria de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Com o novo modelo de distribuição de profissionais pelo país, pretende-se ampliar a oferta de serviços em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, além de formar especialistas em Medicina de Família e Comunidade. A CNM acompanha a tramitação da Medida Provisória (MP) sobre o programa no Congresso Nacional e espera contribuir para o preenchimento das vagas nos Municípios com maior demanda.



Ag. CNM

Casa Civil

O secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Abelardo Lupion, recebeu Aroldi e equipe no Planalto para buscar uma solução para as obras paradas. Segundo lideranças municipalistas, tem prefeito que não consegue fazer a captação nem aditar um contrato porque não abre o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). “No caso das creches, por exemplo, há várias situações. Existem obras que estão bem avançadas, até 90% concluídas. Simplificar seria mui-

to oportuno”, sugeriu o presidente da CNM. Ao reconhecer a necessidade de definir critérios e prioridades para retomar os projetos, Lupion garantiu que o tema é central para o governo. “Vamos organizar reuniões com todos os interessados para que a gente possa definir, porque o problema é tão amplo que cada ministério tem sua realidade. Então, temos obras paradas de todos os tipos. Cada pasta é um cenário e também uma providência a ser tomada”, alegou.

Boas Práticas

Consórcio busca recursos via emenda parlamentar para região

Muitos Municípios, especialmente os de pequeno porte, encontram dificuldades em conseguir emendas parlamentares para implementarem serviços de média e alta complexidade na área de saúde. Isso porque, para solicitar uma emenda, o gestor municipal deve apresentar uma série de requisitos. Entre elas, sucessão histórica de produção e financeira do Município, que a maioria dos Municípios não tem ou é pequena, o que os tornam insuficientes para receber a indicação em média e alta complexidade (MAC).

Observando esse quadro, o **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi)** de Santa Catarina buscou alternativas para mudar a situação, de forma a contemplar todos os Municípios consorciados. “Nossa prioridade foi definir um caminho, encontrar um meio para que o consórcio pudesse pleitear essa emenda não em seu nome, mas em nome da região. Para que esse recurso possa ser distribuído para todos os Municípios da região e não fique concentrado apenas nos grandes”, disse o diretor-executivo do consórcio, Cleones Hostins.

De acordo com a lei, os repasses de saúde são feitos Fundo a Fundo, ou seja, Fundo Nacional de Saúde, Fundo Estadual de Saúde e Fundo Municipal de Saúde. E foi aí que o Consórcio agiu para buscar esses recursos para a região. “A gente solicitou, fez o pleito ao parlamentar e esse recurso foi destinado ao fundo municipal de algum Município consorciado, normalmente o Município-sede do consórcio. Após o repasse Fundo a Fundo, esse Fundo Municipal faz um convênio com o consórcio e transfere esse recurso para que seja aplicado da forma que o colegiado de secretários defina como prioritário para a região”, complementou o diretor-executivo.

Este foi o primeiro ano em que o consórcio pleiteou a emenda e recebeu indicação. No momento está aguardando o empenho e o pagamento. Os recursos serão destinados a dois Municípios, visto que, a sede, que é Blumenau, não tinha teto suficiente para receber a emenda. “A gente pactuou entre os gestores que o recurso, ao chegar nos fundos municipais, tanto de Blumenau quanto de Brusque, seja transferido via convênios para o consórcio a fim de que o colegiado defina naquele momento qual é a prioridade, seja zerar uma fila ou atuar em determinada ação. Com o recurso financeiro confirmado é que vai se definir de fato naquele momento em que área será atuado”, complementou o gestor.

O Consórcio contempla 15 Municípios que, somando, têm um total de mais de 800 mil habi-



Divulgação

tantes. Com o intuito de orientar outros gestores ou consórcios a pensarem desta maneira para chamar recursos para a região, o colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios elaborou nota técnica com o passo a passo do que foi feito e os caminhos a serem percorridos. “Só assim, então, aquele Município que não tenha série histórica, que não tem teto financeiro para receber média e alta complexidade, que não teria acesso a esse dinheiro, mas que está na ponta executando, atendendo o usuário, tirando recurso próprio para aplicar em média e alta, poderá ter acesso a esse recurso via a força que a região dele tem. Hoje nós temos os consórcios organizados, então conseguimos fazer esse pleito via consórcio. Mas é importante deixar claro que a ideia é o financiamento regional”, disse Cleones.

»» O que já foi realizado

Entre as ações que já foram realizadas pelo Consórcio sobre a temática está a de juntar dados da produção da região, especificada por Município. De acordo com o diretor-executivo, devido aos sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde, o consórcio não consegue informar quanto o Município produz dentro da localidade. “Eu não consigo hoje mostrar a produção de pacientes daquele Município, eu consolido tudo num Município só, que é a sede do consórcio. Então o que conseguimos é destacar

a residência do paciente. Hoje nos nossos Municípios consorciados e em quase todo o Estado de Santa Catarina você consegue identificar de onde vem a produção feita no consórcio e a qual Município pertence o paciente”, complementou.

Esta ação, por exemplo, permite que o Município tenha uma série histórica. “Com o passar do tempo, permite que aquele Município possa vir a pedir recurso para si e para que possa discutir a prioridade dentro do território, sem que fique tão dependente da região”, disse.



Boas Práticas na Rádio

A Boa Prática do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí está disponível na **Rádio CNM**. Na programação de cada semana, ao vivo, é possível ouvir uma Boa Prática Municipal implementada em alguma localidade do país:

www.cnm.org.br/comunicacao/radio

 **Turismo**

Municípios com potencial turístico podem usar setor para se desenvolver

No mês em que é celebrado o Dia Mundial do Turismo – 27 de setembro –, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca a importância da área como vetor para o desenvolvimento municipal. O turismo, que é uma atividade econômica, é capaz de dar visibilidade aos atrativos locais, potencializar recursos e gerar emprego e renda, além de integrar diferentes setores da economia local e aumentar a arrecadação do Município.

Para auxiliar os gestores na missão de desenvolver o turismo em suas localidades, a área técnica de Turismo da CNM atua em diferentes frentes, desde o acompanhamento de projetos de lei relacionados ao setor à produção de material técnico e organização de eventos para capacitar gestores e debater a temática. O intuito é auxiliar os Municípios para que possam promover a atividade de maneira sustentável.

“Nosso trabalho na CNM é a promoção, a difusão e a construção de estratégias de usufruto e comercialização do turismo de uma forma organizada para satisfazer as necessidades da comunidade, do cidadão e dos turistas”, resume a turismóloga e técnica da Confederação, Marta Feitosa. Entre os filiados da CNM, 2.960 fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro.

Patrimônio

Os patrimônios culturais e naturais presentes nos Municípios são um diferencial de competitividade. Por isso, entendendo a importância da

valorização desses patrimônios como produtos turísticos competitivos, a Confederação incentiva melhorias voltadas às cidades históricas e ao patrimônio mundial. “O patrimônio cultural e natural é de fundamental importância para desenvolver e fortalecer a identidade das localidades. Eles são atrativos capazes de aumentar a

permanência do turista nos destinos visitados”, destaca Marta.

Nessa área, a CNM possui a Rede Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, projeto que agrupa 71 Municípios com sítios do patrimônio natural e cultural reconhecidos pela Unesco e 301 Municípios com bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Além do reconhecimento em nível federal via Instituto, os Municípios também podem criar uma política local para o mesmo fim.

Entre as cidades históricas está, por exemplo, Porto Alegre (RS), que sediará a sexta e próxima edição do Encontro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, organizado pela CNM. O evento está previsto para ocorrer de 23 a 25 de outubro. O Município gaúcho teve o primeiro tombamento, pelo Iphan, em 1938, com o reconhecimento da Igreja de Nossa Senhora das Dores. Desde então, são diversos patrimônios protegidos em nível federal na cidade, como os sítios históricos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega.



Eduardo Tavares / Acervo Iphan

Para compartilhar experiências e somar aprendizados no setor, neste mês, ocorre também a 47ª Abav Expo Internacional de Turismo, de 25 a 27 de setembro em São Paulo. O evento é considerado uma das maiores feiras de negócios e turismo do Brasil e a CNM estará presente apoiando as ações dos Municípios. Em 10 e 11 outubro, o Município de Maragogi, em Alagoas, sediará o seminário Turismo em Unidades de Conservação.

Próximos eventos de turismo

 **25 a 27 de setembro**

Abav – Exposição Internacional de Turismo

 **São Paulo (SP)**

 **10 e 11 de outubro**

Turismo em Unidades de Conservação

 **Maragogi (AL)**

 **23 a 25 de outubro**

6º Encontro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial e Seminário Internacional Patrimônio + Turismo

 **Porto Alegre (RS)**

Atendimento técnico

Mais de 2 mil pessoas buscaram orientações na CNM

Finanças, Jurídico, Saúde, Educação, Previdência, Institucional, Internacional, Assistência Social, Turismo, Estudos Técnicos, Desenvolvimento Rural, Defesa Civil, Meio Ambiente, Saneamento, Contabilidade, Planejamento Territorial, Trânsito e Mobilidade, Cultura, Comunicação, Consórcios e Projetos. Técnicos e consultores de todas essas áreas estão disponíveis para orientar municipalistas que visitam diariamente a sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em Brasília. Mais de 2 mil pessoas de todas as regiões do país receberam atendimento na casa do municipalismo somente no primeiro semestre deste ano.

Prefeitos, secretários, vereadores e outros agentes municipais podem receber, gratuitamente, atendimento direto com os técnicos e os consultores da CNM no **lounge municipalista** de segunda a sexta-feira em horário comercial. Vários gestores aproveitam a agenda política em Brasília para passar na casa do municipalismo em busca de orientações que possam contribuir para a melhoria da gestão municipal. Existem situações em que essas visitas se tornaram um hábito. Foi o caso do prefeito de Igarapava, em São Paulo, José Ricardo Mattar.

No levantamento feito pela CNM, o gestor foi considerado o municipalista que mais buscou informações no lounge dos prefeitos nos primeiros seis meses deste ano. **“Toda vez que vou a Brasília, eu passo na CNM. Inclusive, no mesmo dia, eu costumo ir de manhã e de tarde. A CNM nos deu um norte para a melhoria da administração municipal pautada na economicidade. Essa orientação dos técnicos de todas as áreas da entidade é de suma importância para nós”**, considerou.

A visita de representantes do Município paulista à CNM vai além da presença do gestor. O próprio prefeito entendeu que as informações da CNM deveriam ser ampliadas aos secretários da sua cidade. Sempre que possível e viável, os secretários municipais de Igarapava estão na entidade. **“A presença deles é necessária, até porque eles são mais técnicos e têm o domínio da situação em suas respectivas áreas. Todos já receberam orientações da CNM e expediram a carteirinha de identificação, inclusive os vereadores. A gente também pede que acompanhem diariamente as notícias e os materiais atualizados da Confederação. Isso é muito importante, principalmente porque nossa cidade está distante de Brasília”**, pontuou o gestor.



Ag. CNM

SEGURANÇA NAS DECISÕES

Praticamente todas as cidades do país enfrentam dificuldades em alguma área da administração municipal, o que exige do prefeito habilidade na definição das ações mais adequadas para atender à população da melhor forma possível. Algumas dessas iniciativas precisam de suporte qualificado, e, por várias razões, a prefeitura não dispõe de um profissional com conhecimento técnico que mostre o caminho mais apropriado.

Em várias oportunidades, o Município de Extremoz, no Rio Grande do Norte, buscou esse apoio no atendimento técnico da CNM. Para o **prefeito Joaz Oliveira**, o direciona-



Ag. CNM

mento dos colaboradores da Confederação permite ao gestor fazer a melhor escolha. **“Enfrentamos muitos desafios. A CNM contribui nos passando segurança nessas escolhas ao oferecer os melhores técnicos do Brasil que estão à disposição para dar esse respaldo na tomada de decisões com muita convicção. Eu digo isso em todo lugar que eu vou”**, contou o prefeito, que foi o segundo gestor que mais visitou a CNM no primeiro semestre.

Estrutura e serviços

Além do atendimento técnico e de conhecer a casa do municipalismo brasileiro, o visitante tem a opção de utilizar, também sem custo, a estrutura que a CNM disponibiliza no lounge dos prefeitos. Representantes de Municípios filiados à entidade podem expedir a carteirinha de identificação do movimento municipalista, que é aceita como documento para acessar as dependências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No **lounge municipalista**, o visitante pode utilizar os computadores para fazer consultas na internet e também acessar os materiais digitais e outras ferramentas oferecidas pela CNM. Uma delas é o **Conteúdo Exclusivo**, plataforma desenvolvida pela Confederação que traz um panorama minucioso da realidade da cidade do visitante e está disponível aos Municípios filiados

ao movimento municipalista.

Salas moduláveis e fixas são utilizadas como espaço para a realização do atendimento com os colaboradores da CNM e também por prefeitos, vereadores e secretários que desejam se reunir com sua comitiva ou mesmo com representantes de outros órgãos e instituições. O registro da visita fica por conta da equipe da **Comunicação da CNM**, que publica matérias do atendimento no portal da entidade, além das fotografias do encontro.

Uma galeria com as fotos de todos os prefeitos que visitam o espaço é publicada no boletim mensal da CNM. O gestor ainda tem a oportunidade de conceder entrevista ao vivo à **Rádio CNM** e também expor detalhes do atendimento no estúdio da **TV CNM**. Claro que não pode faltar aquele agradável cafezinho. Venha nos visitar.

Na Mídia

Pautas políticas e campanhas sociais são destaque em jornais

Nos últimos dias, a ação humanitária da Confederação Nacional de Municípios (CNM) foi destaque em diversos jornais, além das reformas previdenciária e tributária. Como parte da campanha Interiorização + Humana, a entidade sensibiliza e orienta os gestores locais e a população brasileira para a problemática. Também acolheu duas refugiadas venezuelanas e as incluiu no quadro de colaboradores. A Folha de S. Paulo, a Agência Uol, o jornal O Sul trataram da entrada de venezuelanos no Brasil como o foco para os entraves previdenciários daqueles que deixaram para trás anos de trabalho para buscar novas oportunidade no Brasil.

Matérias que tramitam no Congresso tam-

bém tiveram destaque. Por título Prefeitos preparam emendas para a reforma tributária, o Valor Econômico destacou a articulação da entidade municipalista para evitar perdas nas cotas municipais com os projetos em tramitação. Ao jornal, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, afirmou que é importante construir uma proposta que possa criar emprego e renda, que dê segurança para as empresas investirem.

No entanto, ele afirmou que o movimento municipalista "não aceitará que nenhum imposto fique sem ser compartilhado". Sobre o mesmo assunto, Aroldi disse à Folha de S. Paulo que a CNM apoiará uma proposta em que os Municípios também possam ter maior partici-

pação no bolo tributário.

Outros textos com menção à CNM e ao movimento municipalista ganharam destaque no Valor Econômico, nos últimos 30 dias. À matéria Sem prestar contas, 18,5% das cidades podem perder repasses, Aroldi destacou a necessidade de simplificar tanto a prestação de contas como a transferência dos recursos para as prefeituras, sem descuidar do controle. Nota da Confederação sobre o problema das obras paradas ou atrasadas foi mencionada pela GloboNews diversas vezes. A emissora também divulgou nota sobre a necessidade de o Brasil avançar na regulamentação do pacto federativo.

Valor Econômico - Política - Prefeitos preparam emendas para a reforma tributária

Valor Econômico - Refugiados da Venezuela recomeçam do zero vida previdenciária no Brasil

FOLHA DE S. PAULO - Divergências ameaçam unificação de tributos

Valor Econômico - Política - Congresso de forma condicional, Confederação Nacional dos Municípios apoia incorporação do ISS ao IBS

Valor Econômico - Brasil - Contas públicas País tem 1.029 municípios que deixaram de enviar informações ao Tesouro

FOLHA DE S. PAULO - Refugiados da Venezuela recomeçam do zero vida previdenciária no Brasil

O SUI - 'Nova vida': um ano após desembarcarem no DF, refugiados venezuelanos falam das conquistas

O SUI - A cidade mineira de Capitólio foi palco das discussões sobre governança do turismo no Brasil

O SUI - Em dez anos, apenas 12% dos Municípios celebraram convênios e contratos de repasse em cultura

O SUI - Refugiados da Venezuela recomeçam do zero a sua vida no Brasil

FOLHA DE S. PAULO - Líderes da Câmara resistem em incluir estados e municípios em PEC paralela da reforma

FOLHA DE S. PAULO - PM é pãisana mata criminoso em Porto Alegre após tentativa de assalto

Eventos

CNM QUALIFICA Turismo e capacitação especial

O público do CNM Qualifica, projeto que visa a qualificar seis milhões de servidores municipais pelo Brasil, conheceu mais duas novidades nas edições recentes do evento. O encontro foi realizado, pela primeira vez, dentro da programação paralela do maior encontro municipalista de Goiás, e a equipe de Turismo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) fez sua estreia no calendário do curso para orientar como promover eventos turísticos nas cidades com esse potencial. Finanças, controle interno e reforma tributária estiveram em pauta nos Municípios de Araranguá (SC), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS).

Em Goiânia, os participantes da *Expo Municípios 2019* tiveram a oportunidade de aprofundar, dentro da programação paralela do evento, a gestão da saúde. As ferramentas disponibilizadas pela CNM aos Municípios contribuintes e o conteúdo que está acessível ao público geral no portal da entidade foram alguns pontos abordados no encontro. Materiais como a cartilha da Atenção Primária à saúde: acesso e comunicação foram apresentados ao público goiano. O documento traz contribuições para muitos Municípios que não definiram formalmente os modelos de acesso da população aos serviços de saúde.

A Assistência Social foi o outro tema em Goiânia, que contou com detalhamentos do papel dos Municípios na rede socioassistencial. Nesse contexto, temas básicos da área, como a Política Nacional, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e as competências de cada Ente da Federação; além de especificidades, a exemplo dos blocos de financiamento e do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), estiveram nos debates.

Turismo como receita

A importância de festas, comemorações, feiras e acontecimentos do tipo para o desenvolvimento do Turismo na esfera municipal e incremento de receitas locais fizeram parte, pela primeira vez, das edições do CNM Qualifica. As cidades de Belém (PA) e Mazagão (AP) foram escolhidas para a estreia dos debates que trata-



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

ram sobre o tema *Eventos turísticos no Município – Como realizar?*

Os encontros tiveram grande adesão de técnicos, gestores, bem como de secretários estaduais e municipais de Turismo. Além de discussões locais, o panorama do turismo no Brasil também esteve em foco nos encontros. A realização das duas edições inaugurais trouxe muitos resultados. Os participantes solicitaram uma edição do Seminário de Governança para o Turismo, promovido pela CNM, em Belém, e pediram uma reunião dos Municípios da região Norte com a entidade a fim de sensibilizá-los acerca da importância da atividade turística no desenvolvimento econômico local. A “Rota Amazônica Mundo Natural”, capitaneada pela CNM, também foi uma demanda dos participantes.

A criação de um grupo com os secretários e os gestores municipais de Turismo do Estado do Amapá com o intuito de que eles possam trabalhar em conjunto para o desenvolvimento integrado do Turismo nos Municípios e a definição de duas reivindicações que serão levadas a Brasília pela CNM – a ampliação do porto transoceânico do Amapá, com vistas a receber cruzeiros marítimos, e o fomento ao turismo de pesca – foram outros pontos em evidência.

Outras edições

Diante das adversidades que muitas administrações municipais enfrentam nas ações de controle interno e do desconhecimento de algumas iniciativas que possam dar fôlego às finanças locais, a CNM promoveu encontros em Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Araranguá (SC). O público das duas cidades do Centro-Oeste teve esclarecimentos sobre o treinamento de servidores municipais para capacitação nas ações de desenvolvimento de trabalho e de auditoria de controle interno nas prefeituras.

Apresentações sobre as ações que podem ser adotadas como forma de incrementar receitas foram conhecidas pelos participantes de Araranguá. Exemplos de arrecadação por meio da cobrança de tributos e detalhamento de transferências estiveram na pauta.

Confira o
calendário das
próximas
edições:

